

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/07/2014 a 31/07/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Financiamento especial para equipamentos é ampliado. Roberta Paola – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/07/2014.....	3
Agricultor familiar tem isenção em taxa da Anvisa – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/07/2014	3
Agricultores familiares que tiveram prejuízos com enchentes podem prorrogar pagamento do Pronaf – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 11/07/2014.....	3
Cresce desembolso de crédito rural para a agricultura familiar. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 14/07/2014	4
MDA discute previsão orçamentária com movimentos sociais – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/07/2014	4
Portaria define regra para financiamento de produção agroecológica - Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/06/2014.....	5
Reuniões técnicas apresentam condições de crédito para agricultura familiar na safra 2014/2015 – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/07/2014	5
Plano Safra prevê R\$ 800 milhões em crédito para a agricultura familiar de Mato Grosso – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/07/2014	6
Plano Safra prevê R\$3,9 bilhões em crédito para a agricultura familiar no estado do Paraná – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/07/2014.....	6
Renegociação do Crédito Fundiário beneficia mais de 6 mil famílias – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/07/2014.....	6
Mato Grosso tem apresentação de Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/07/2014	7
Audiência Pública discute assistência técnica para o Crédito Fundiário no Maranhão – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/07/2014	9
MDA apresenta mais crédito e mais assistência técnica para o Paraná – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/07/2014.....	10
Renegociações do Crédito Fundiário 29 de agosto é o prazo final para o pagamento mínimo – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 31/07/2014	11
Começa capacitações para Crédito Fundiário, Reforma Agrária e CAR na FETAESC. Beto Motta – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 31/07/2014	12

Financiamento especial para equipamentos é ampliado. Roberta Paola – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/07/2014

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), na terça-feira (8), um acordo de cooperação técnica para incluir o financiamento de motocicletas, motores de popa e ciclomotores no âmbito do programa Mais Alimentos. O documento foi firmado em parceria com a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

A aquisição dos equipamentos estará disponível aos agricultores familiares, no sistema do Mais Alimentos, nos próximos 30 dias.

Agricultor familiar tem isenção em taxa da Anvisa – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/07/2014

Os agricultores familiares não pagarão mais a Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A lei foi publicada no Diário Oficial da União. Com isso, a cobrança no valor de R\$ 6 mil, que era feita a cada cinco anos, deixa de existir para produtores que possuem empreendimentos familiares rurais.

São beneficiados empreendimentos que processam produtos de origem vegetal, como geleias de frutas, conservas de legumes, panificados e açúcar mascavo, entre outros.

A lei também se aplica ao Microempreendedor Individual e ao empreendedor da economia solidária.

Agricultores familiares que tiveram prejuízos com enchentes podem prorrogar pagamento do Pronaf – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 11/07/2014

Agricultores familiares da região Sul do Brasil com perdas devido às enchentes podem prorrogar as parcelas dos empréstimos feitos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A regra vale tanto para os que tomaram crédito para custeio da produção quanto para os que solicitaram o recurso, com o objetivo de fazer investimentos na propriedade.

Aos agricultores que contrataram a modalidade de custeio há duas possibilidades. Os que possuem o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf – Proagro Mais) devem acionar o seguro fazendo a comunicação da perda. Os que não contam com essa garantia podem pedir a prorrogação das operações por até 36 meses. Esse adiamento está previsto no Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central.

Já os produtores que contrataram a modalidade investimento conseguem estender o pagamento das parcelas em até um ano após a data final do contrato. São negociadas, no entanto, apenas as prestações em aberto, a partir do momento em que as cheias começaram a atingir a região.

Como pedir a prorrogação

Para prorrogar o pagamento, é necessário solicitar aos técnicos dos serviços oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a elaboração de um laudo grupal, para os municípios em que há 30 ou mais agricultores familiares prejudicados pelas enchentes.

Nos casos em que o número de atingidos do município é igual ou menor do que 29, os técnicos da Ater elaborarão um laudo individual, para cada um dos atingidos que têm operações de crédito em que a renda foi frustrada. Estes laudos devem ser entregues pelos agricultores prejudicados aos bancos e agentes financeiros onde estão seus contratos.

Os laudos deverão informar e comprovar a incapacidade de pagamento dos mutuários, o tamanho do prejuízo e o grau de comprometimento da capacidade de pagamento de cada um dos atingidos.

Os agricultores prejudicados devem solicitar a renegociação aos agentes financeiros onde mantém os contratos de crédito do Pronaf, acompanhados das informações técnicas/laudos, antes da data do vencimento das parcelas.

Os mutuários que prorrogarem as operações de investimento ficam impedidos de tomar novos créditos, até a quitação das parcelas prorrogadas.

Mais informações podem ser obtidas junto aos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do estado e com as agências onde os agricultores fizeram os contratos de crédito do Pronaf. As delegacias do MDA nas unidades Federadas também podem prestar esclarecimentos.

Cresce desembolso de crédito rural para a agricultura familiar. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 14/07/2014

SÃO PAULO - Os desembolsos de crédito rural para a agricultura familiar somaram R\$ 22,3 bilhões na safra 2013/14 (de 1º de julho de 2013 a 30 de junho deste ano), conforme informações divulgadas há pouco pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O montante, distribuído entre cerca de 1,9 milhão de contratos feitos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), superou em 6,1% o total disponibilizado inicialmente pelo governo.

Conforme o MDA, R\$ 3,3 bilhões do total liberado foram financiados por mulheres, que representaram mais de 500 mil contratos.

MDA discute previsão orçamentária com movimentos sociais – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/07/2014

A proposta de orçamento para 2015 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foi apresentada, nesta quarta-feira (16), em Brasília, para membros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), que reúne lideranças do meio rural. Os conselheiros avaliaram e apresentaram sugestões ao documento, que deverá ser enviado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na próxima sexta-feira (18).

O ministro do MDA, Miguel Rosseto, destacou a importância da participação da base social no planejamento e na execução do orçamento. “É essa base que recebe as políticas e programas elaborados pelo governo.”

Para Marcos Rochinski, coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), a partir desse primeiro debate, os representantes dos movimentos sociais, “poderão traçar estratégias e acompanhar melhor os recursos destinados para os agricultores familiares.”

Trabalhos

O secretário-executivo do MDA, Laudemir Müller, ficou responsável pela apresentação detalhada do orçamento de 2014 e o proposto para 2015. Os participantes apresentaram sugestões e críticas, que foram respondidas, de acordo com o tema levantado, pelos secretários do ministério e pelo presidente Incra, Carlos Guedes.

Portaria define regra para financiamento de produção agroecológica - Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/06/2014

Os agricultores familiares interessados em financiar projetos agroecológicos agora precisam seguir algumas regras. As normas estão publicadas no Diário Oficial da União. No documento, constam também orientações para quem ainda não produz sem agrotóxicos mas deseja fazer a transição.

O agricultor não pode usar fertilizantes sintéticos de alta solubilidade nem reguladores de crescimento e aditivos sintéticos na alimentação animal. Também não são permitidos agrotóxicos, exceto biológicos e os produtos fitossanitários registrados com uso aprovado para a agricultura orgânica.

Para o financiamento, o produtor precisa ter um plano simplificado ou projeto técnico de crédito. As instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) habilitadas para a elaboração desses planos ou projetos devem estar cadastradas nos bancos ou agentes financeiros que operam o sistema de crédito para a agricultura familiar.

Reuniões técnicas apresentam condições de crédito para agricultura familiar na safra 2014/2015 – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/07/2014

Começam nesta segunda-feira (21), as reuniões técnicas sobre as condições de crédito da safra 2014/2015 para a agricultura familiar. No encontro, os participantes tiram dúvidas sobre as normas e a operacionalização do acesso ao crédito para a agricultura familiar.

As reuniões são realizadas anualmente, em todos os estados do Brasil, para agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), representantes de movimentos sociais, agricultores familiares e interessados em obter informações sobre os financiamentos da safra em vigor.

Os encontros são organizados pelas Delegacias Federais do Ministério do Desenvolvimento (MDA) Agrário e coordenados por técnicos do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA.

A primeira reunião ocorre em Santa Catarina, nesta segunda-feira (21). As seguintes serão realizadas no Rio de Janeiro, na quarta-feira (23); no Rio Grande do Sul (dias 24 e 25); em Mato Grosso, na sexta-feira (25); e no Paraná (28). As demais serão realizadas no mês de agosto.

Informações sobre as datas das reuniões nos estados podem ser obtidas nas Delegacias Federais do MDA.

Plano Safra prevê R\$ 800 milhões em crédito para a agricultura familiar de Mato Grosso – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/07/2014

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 será apresentado em Mato Grosso nesta sexta-feira (25), em Cuiabá, com a presença do secretário nacional da Agricultura Familiar, Valter Bianchini, representando o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

O Plano Safra prevê a aplicação de R\$ 800 milhões do crédito para a agricultura familiar no estado nesta safra, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Este é o valor estimado segundo execução de cada Estado em anos anteriores e a disponibilização de recursos para este período.

Os agricultores familiares contrataram R\$ 743,7 milhões na última safra, o que representou crescimento de 45% acima da média nacional. Na safra anterior, 2012/2013, foram financiados R\$ 513,3 milhões.

Plano Safra prevê R\$3,9 bilhões em crédito para a agricultura familiar no estado do Paraná – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/07/2014

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 será apresentado no Paraná nesta segunda-feira (28), em Curitiba, com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

Para este ano, o Plano prevê a aplicação de R\$3,9 bilhões do crédito para a agricultura familiar no estado nesta safra, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Este é o valor estimado segundo execução de cada estado em anos anteriores e a disponibilização de recursos para este período.

Os agricultores familiares contrataram R\$ 3,2 bilhões na última safra, o que representou crescimento de 18% acima da média nacional. Na safra anterior, 2012/2013, foram financiados R\$ 2,7 bilhões.

Renegociação do Crédito Fundiário beneficia mais de 6 mil famílias – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/07/2014

A prorrogação no prazo de formalização das renegociações das dívidas dos financiamentos Crédito Fundiário, Banco da Terra e Cédula da Terra, do Programa Nacional de Crédito Fundiário, já beneficiou mais de seis mil famílias de agricultores familiares em todo país. O balanço parcial foi divulgado na reunião técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e representantes das Unidades Técnicas

Estaduais (UTE), movimentos sociais, instituições financeiras e entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, nesta quinta-feira (24), em Brasília.

O prazo para a negociação das dívidas é somente para quem buscou as entidades financeiras até o ano passado para fazer adesão da renegociação. Até 29 de agosto de 2014, os agricultores devem entregar os documentos solicitados e pagar a taxa de 5% do valor da última parcela vencida.

De acordo com o gerente de negócios do Banco do Nordeste, Marcos Kennedy de Carvalho, a prorrogação permitiu o crescimento de 25% no número de contratos formalizados junto ao banco. "A expectativa é que esse número cresça até o final de agosto, quando encerra o prazo", comentou.

Em Alagoas, o percentual de famílias beneficiadas com a ampliação do prazo chega a 60%. "Por diversas razões tínhamos, em março, só 879 famílias com a renegociação formalizada. Esse número passou para 1.402, podendo chegar a 1,8 mil famílias até agosto", explicou o diretor da Cooperativa Agropecuária Regional de Palmeira dos Índios (Carpil), Luciano Monteiro. A entidade auxilia as famílias no processo de renegociação.

As famílias que já aderiram à renegociação dentro do prazo devem procurar as UTE's e verificar quais os documentos necessários para a renegociação da dívida.

Entenda os procedimentos de renegociação

A renegociação das dívidas, contraídas com o financiamento de imóvel rural, por meio do Fundo de Terras da Reforma Agrária, bem como a prorrogação dos prazos, estão previstas no Manual de Crédito Rural, capítulo 18 - seção 8, do Banco Central.

Para ter direito a renegociar a dívida, o agricultor ou associação precisa ter aderido à renegociação até 28 de março de 2013.

Uma vez feita a adesão, o próximo passo é o pagamento mínimo de 5% do valor da última parcela vencida e a entrega da documentação até dia 29 de agosto de 2014. No caso de uma associação de agricultores, além da documentação formal, é necessário regularizar o quadro social.

Além de renegociarem as parcelas vencidas, os beneficiários incluir no processo as que vão vencer com data até 31 de janeiro de 2015.

Mato Grosso tem apresentação de Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/07/2014

“A média de financiamento requisitada por agricultores familiares de Mato Grosso foi de R\$ 30 mil na safra passada, acima da média nacional, que foi de R\$ 11 mil”, revelou o secretário nacional da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Valter Bianchini, nesta sexta-feira (25), durante apresentação do Plano Safra da Agricultura Familiar para o estado. O secretário, que representou o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Miguel Rossetto, atentou que “esse dado revela uma agricultura familiar mais estruturada em Mato Grosso.”

A produtora Sônia Monteiro, 41 anos, moradora de Nossa Senhora do Livramento, entregou ao secretário uma cesta repleta de doces e biscoitos, produtos regionais confeccionados por agricultores familiares do município. Sônia, que representou a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Cidral de Cima e Região, falou sobre a importância da continuidade de projetos em comunidades rurais e do trabalho dos técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

O presidente da Central de Cooperativas da Agricultura Familiar, Luiz Carlos de Souza, reforçou a necessidade de Ater para ampliação da produção e afirmou que a expectativa é que “a agricultura familiar consiga atender o mercado local com qualidade, principalmente a alimentação escolar.”

Plano Safra MT

Para a safra 2014/2015, agricultores familiares de Mato Grosso contam com R\$ 800 milhões em crédito pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Na última safra, os agricultores familiares contrataram R\$ 743,7 milhões, o que representou crescimento de 45% acima da média nacional. “O desafio é ampliar o número de contratos e fazer chegar o crédito a agricultores do estado com menor renda”, salientou Bianchini.

Ater MT

Durante a solenidade, foram assinados dois contratos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para mil famílias de agricultores, visando consolidar e ampliar processos de promoção de agroecologia. Os contratos são do Ministério do Desenvolvimento Agrário com a Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) e com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Com esses contratos, 16 mil famílias serão atendidas em Mato Grosso, com investimentos de R\$ 40,4 milhões em Ater, na safra 2014/2015, conforme apresentou Bianchini.

A solenidade, que ocorreu na Central de Comercialização de Agricultura Familiar, contou com representantes estaduais e federais do setor. Estavam presentes: o secretário Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Sedraf), Luiz Carlos Alécio; o delegado federal do MDA, Nelson Borges; além de representantes da superintendência do Incra; da Empresa de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural do estado (Empaer); da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado (Fetagre); da Central de Cooperativa da Agricultura Familiar; de sindicatos e de bancos; agricultores familiares – bem como representantes dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Pesca no estado.

Medidas do Plano Safra 2014/2015 apresentadas no estado:

- R\$ 800 milhões disponibilizados em crédito para a safra para o estado de Mato Grosso.
- Os juros continuam em 2% ao ano para contratos de investimento. Juros de 0,5% até 3,5% para custeio individual e de 4% para cooperativas.
- Na reforma agrária: apoio inicial de R\$ 5,2 mil no novo crédito produtivo, com desconto de 90% para o pagamento; fomento produtivo com operações de R\$ 3,2 mil,

com bônus de 80% e fomento para a mulher, com operação de R\$ 3 mil e bônus de 80%. Os assentados passam a ter direito a três operações anuais de R\$ 4 mil. Nesta safra, essas linhas estarão disponíveis para 255 mil assentados e mais de R\$ 1 bilhão dentro do Pronaf.

- Seguro da Agricultura Familiar, com limite de cobertura igual ao valor financiado mais uma parte da renda, de até R\$ 20 mil.

- R\$ 40,4 milhões em Ater para agricultores familiares e assentados da reforma agrária

- Pronaf Jovem: jovem agricultor pode fazer até três operações de R\$ 15 mil

Audiência Pública discute assistência técnica para o Crédito Fundiário no Maranhão – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/07/2014

O Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Maranhão (Cedrus/ MA) realiza, nesta terça-feira (29), em São Luís, Audiência Pública para discutir a Chamada Pública de Sustentabilidade para o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). A ação visa atender a 6, 5 mil famílias de agricultores familiares, beneficiários do PNCF, sendo três mil só no Maranhão.

A Audiência contará com a participação do diretor do Departamento de Crédito Fundiário, da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), Francisco Ribeiro Filho. Para ele a iniciativa é primordial para assegurar a transparência na formulação da chamada e para o sucesso das famílias que serão atendidas. “Ao conhecer necessidades trazidas pelos beneficiários e estabelecer as prioridades, o debate promovido pela Audiência Pública permite maior aproveitamento do trabalho que será desenvolvido, junto aos agricultores, pelas entidades de Ater”, atenta Ribeiro.

Além dos membros do Cedrus/MA e do diretor do PNCF, participam do evento: representantes da Delegacia Federal do MDA (DFDA/MDA); da Unidade Técnica Estadual (UTE); da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaema); dos Agentes Financeiros e das entidades de Ater do Estado.

Ater

A Chamada Pública de Sustentabilidade do PNCF será executada em parceria com a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA). A iniciativa tem por objetivo a seleção de entidades para prestação de serviço de Ater a agricultores familiares do Crédito Fundiário, Banco da Terra e Cédula da Terra, nos estados do Maranhão, Goiás, Pernambuco, Piauí, Paraná e Rio Grande do Norte.

A proposta é que as entidades auxiliem os agricultores no processo de organização e gestão de suas Unidades Produtivas, apoiando-os nos processos de renegociação (caso necessário), na individualização dos financiamentos e na reestruturação socioprodutiva de suas propriedades.

MDA apresenta mais crédito e mais assistência técnica para o Paraná – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/07/2014

O Paraná, uma das maiores potências da agricultura familiar do País, recebeu mais estímulos para produzir alimentos. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, disse nesta segunda-feira (28), em Curitiba, que o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 prevê a aplicação de R\$3,9 bilhões de crédito para os agricultores familiares paranaenses. O Plano destina ainda R\$ 101,6 milhões para levar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para 40 mil famílias.

Para todo o Brasil, o crédito para a safra 2014/2015 será de R\$ 24, 1 bilhões – o maior volume da história. “Quando olhamos o conjunto de políticas que está em curso, não tenho dúvidas que já estamos vivendo uma grande reforma no meio rural brasileiro”, afirmou Rossetto.

O secretário da Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini, detalhou as medidas do Plano Safra. Entre elas a manutenção das taxas de juros (de 0,5% a 3,5% para o agricultor e até 4% para as cooperativas), o novo crédito produtivo para a reforma agrária, o novo seguro agrícola, e a promoção da agroecologia. “Esse plano safra tem um compromisso forte com a agricultura familiar e com a agroecologia”, ressaltou o secretário.

Participação social

Jean Carlo Pereira, da Cooperativa Central da Reforma Agrária (CCA), falou como representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e da Via Campesina. “Temos que reconhecer a construção das políticas públicas por meio do diálogo, com os movimentos sociais e o espaço da reforma agrária neste plano. Estamos no caminho certo, mas precisamos avançar”, atentou.

Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), Ademir Müller, assinalou que o Plano contempla um maior número de pessoas, ao beneficiar assentados da reforma agrária, jovens, mulheres e ao promover a agroecologia.

Ademir salientou o volume do crédito anunciado para todo Brasil, R\$ 24, 1 bilhões, e a regulamentação do Crédito Fundiário, que possibilita financiar a compra de propriedade entre herdeiros, facilitando a sucessão rural.

O ministro elogiou a participação dos movimentos sociais na construção das políticas públicas. “A qualidade das pautas apresentadas pelos movimentos sociais é impressionante”. Rossetto realçou ainda a ampliação dos serviços de Ater e a nacionalização das políticas públicas para o campo.

Na última safra, os agricultores familiares paranaenses firmaram 150 mil contratos, que representaram um volume total de R\$ 3,2 bilhões.

Assinaturas

Durante o evento, foi assinado, ainda, termo de cooperação técnica entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e 40 municípios paranaenses para a

implantação de Salas da Cidadania. A medida deve beneficiar seis mil famílias que poderão quitar ou renegociar dívidas de financiamentos, com até 80 % de desconto.

Outras medidas importantes foram as assinaturas de nove novos contratos para prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural, sendo quatro voltados para a agroecologia. Os serviços vão beneficiar 7,3 mil famílias. Com essa ampliação, o investimento total do MDA em Ater no estado, atualmente, é de R\$ 29 milhões.

Agricultura familiar no Paraná:

Está em 302.907 estabelecimentos agropecuários, 82% do total

Ocupa 69% dos trabalhadores do campo

Responsável por 43% do Valor Bruto da Produção

Produz:

76% do feijão preto

65% da mandioca

67% do leite

61% do suíno

56% do café

Reforma Agrária:

18.614 famílias assentadas

425.778 hectares de área reformada

Renegociações do Crédito Fundiário 29 de agosto é o prazo final para o pagamento mínimo – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 31/07/2014

Os Beneficiários do Crédito Fundiário, Banco da Terra e Cédula da Terra, que aderiram à renegociação das dívidas, têm até o dia 29 de agosto de 2014 para efetuar o pagamento mínimo de 5%

Renegociações do Crédito Fundiário

29 de agosto é o prazo final para o pagamento mínimo

Os Beneficiários do Crédito Fundiário, Banco da Terra e Cédula da Terra, que aderiram à renegociação das dívidas, têm até o dia 29 de agosto de 2014 para efetuar o pagamento mínimo de 5% (do valor da última parcela vencida) e entregar a documentação necessária ao agente financeiro.

Segundo dados apresentados pelos agentes financeiros, mais de 50% das famílias que fizeram a adesão já estão concluindo a formalização das propostas. Uma vez finalizada a renegociação, eles voltarão à situação de adimplência e poderão acessar outros financiamentos e políticas públicas disponíveis para a agricultura familiar.

A renegociação veio beneficiar milhares agricultores familiares que adquiriram terra com recurso do Fundo de Terras da Reforma Agrária e tinham uma ou mais parcelas de financiamento vencidas. Em caso de dúvidas ou dificuldades o agricultor poderá procurar seu técnico de referência, o sindicato de sua cidade, o agente financeiro ou Unidade Técnica do Crédito Fundiário de seu Estado.

Começa capacitações para Crédito Fundiário, Reforma Agrária e CAR na FETAESC. Beto Motta – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 31/07/2014

Depois de passar pelas Microrregiões Serrana (Lages), Cebola (Ituporanga), Carbonífera (Orleans), Astramate (Mafra), Cetro Oeste (Xaxim) e Três Fronteiras (Belmonte) a capacitação da Fetaesc para Crédito Fundiário, Cadastro Ambiental Rural e Reforma Agrária chega a região da Grande Florianópolis, na última edição do ano para esses temas.

O encontro, que começou na manhã dessa quinta-feira (31/07) e prossegue até essa sexta-feira (01/08), contou, na abertura, com a participação do Presidente da Fetaesc, José Walter Dresch, que falou da importância do tema e agradeceu a presença de todos os participantes.

Na sequência o Diretor de Reforma Agrária da Fetaesc, Adriano Gesleuchter, responsável pelas capacitações, deu início aos trabalhos.

De acordo com a programação o dia 31 de julho será destinado aos sindicatos e 1º de agosto para futuros beneficiários do Crédito Fundiário. O encontro ocorre no auditório do Centro de Capacitação do Trabalhador Rural (Cecatru) na sede da Fetaesc em São José/SC.

No ano passado a federação realizou 13 eventos com intuito de capacitar para crédito fundiário a intenção agora é cobrir todo o estado até o fim do ano, em um roteiro que começa pela região serrana. Até agora em 2014 cerca de mil pessoas já foram capacitadas pela Fetaesc para acessar o Crédito Fundiário em Santa Catarina.

O Diretor da Fetaesc, Adriano Gesleuchter, diz que o trabalho é importante por que qualifica o interessado em acessar o crédito. Ainda segundo Adriano, todos os beneficiários e todos os Sindicatos para acessar ou executar o PNCF precisam ser Certificados pela capacitação inicial da Fetaesc. Capacitação Devem participar das capacitações os agricultores e agricultoras interessados em acessar o Programa Nacional do Crédito Fundiário. Podem participar do Programa Nacional de Crédito Fundiário trabalhadores e trabalhadoras rurais, filhos de agricultores familiares ou estudante de escolas agrotécnicas. Os potenciais beneficiários devem ter renda familiar anual de até R\$ 15 mil e patrimônio de até R\$ 30 mil. Devem ainda comprovar de 5 anos de experiência rural nos últimos 15 anos.

O valor máximo do empréstimo é de R\$ 80 mil com juros de até 2% ao ano, sendo: 0,5% para a linha Combate a Pobreza Rural, para agricultores inscritos no CAD-Único; 1,0% para linha Nossa Primeira Terra, voltada para jovens rurais entre 18 e 29 anos; 2,0%, para os demais beneficiários. O pagamento é efetuado em até 20 anos, incluídos

três de carência. Os pagamentos em dia e a terra negociada abaixo do preço recebem descontos de até 50%. O programa disponibiliza ainda um recurso de R\$ 7,500,00, exclusivo para a contatação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), por cinco anos, com parcelas anuais de até R\$ 1.500,00 por beneficiário.

O treinamento é ministrado pela Fetaesc em conjunto com a Unidade Técnica Estadual (UTE) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sendo o marco regulatório do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em Santa Catarina, obrigatório a todos que pretendem comprar terra através do PNCF. Os Temas abordados serão: as regras gerais do programa, sistemas (SIG-CF), preenchimento das propostas e documentação necessária, gestão ambiental, gestão da propriedade/empreendimento, selos (mulheres, jovens e negros), metas e fluxo das propostas, renegociação de dívidas, Proagro +, além de todos os direitos e deveres dos futuros beneficiários para as modalidades de financiamento CAF e CPR com os novos tetos regionais.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa